

PERSPECTIVAS SOBRE O FENÔMENO DO MULTILINGUISMO: AS LÍNGUAS MINORITÁRIAS NA UNIÃO EUROPEIA¹

Guus Extra ²
Kutlay Yağmur³

Tradução de Diego Barbosa da Silva⁴

(...) a diferença entre a literatura norte americana sobre grupos minoritários nos Estados Unidos e a literatura britânica sobre os grupos similares no Reino Unido está no fato de que os escritores norte-americanos consideram que aquilo que eles escrevem é sobre ser americano, enquanto os escritores britânicos persistem na visão de seus temas como estrangeiros ou alienígenas. (Marcus Banks, 1996, p. 184)

Este artigo aborda alguns sentidos e noções centrais do nosso campo de estudo: política linguística para minorias imigrantes. No primeiro item, nós discutimos os conceitos de identidade étnica e identificação étnica. No segundo, abordamos a relação entre língua e identidade. Por último, nós nos focamos em duas noções comuns no discurso europeu sobre grupos minoritários imigrantes: as noções de estrangeiro e de integração.

Identidade étnica e identificação étnica

Embora o conceito de identidade seja popular e amplamente difundido, ele não é fácil de definir. O conceito geralmente refere-se a uma variedade indivisa de identidades parciais, por exemplo, relacionadas à nacionalidade, à naturalidade, à idade, ao status sócio-econômico, à língua, à religião ou a valores. Por essa razão, podemos encontrar inúmeros estudos sobre o conceito de identidade, levando em consideração diferentes perspectivas, como a social, a étnica ou a cultural (Jenkins, 1996, 1997; Roosens, 1989; Hall & Du Gay, 1996). A maioria das pesquisas de identidade étnica e de identificação étnica advém da antropologia cultural, da psicologia social ou da demografia e uma variedade de métodos de pesquisa tem sido usados. Stanfield & Dennis (1993) fazem uma

1 Este artigo faz parte do livro *Urban Multilingualism in Europe: Immigrant Minority Languages at Home and School*, organizado pelos autores do artigo e publicado por Multilingual Matters, Clevedon, 2004.

2 Doutor em Linguística Aplicada. Professor do Departamento de Estudos Culturais da Universidade de Tilburg (Países Baixos). Especialista em língua e minorias, multilinguismo, aquisição da linguagem, migrantes e diversidade cultural. E-mail: guus.extra@uvt.nl

3 Doutor em Linguística Aplicada. Professor do Departamento de Estudos Culturais da Universidade de Tilburg (Países Baixos). Especialista em bilinguismo, multilinguismo e educação, migrantes turcos, cultura e identidade. E-mail: k.yagmur@uvt.nl

4 Graduado em Ciências Sociais (UERJ), especialista em Relações Internacionais (PUC-Rio) e mestre em Letras/Linguística (UERJ). Pesquisador do Arquivo Nacional do Brasil. Especialista em indexação e descrição arquivística, política linguística, internacionalização da língua portuguesa e multiculturalismo/multilinguismo. E-mail: vsjd@uol.com.br

distinção entre métodos qualitativos, quantitativos e histórico-comparativos. Nas abordagens qualitativas, os pesquisadores são etnógrafos, observadores participantes, analistas ou especialistas em história oral. Experiências subjetivas de informantes constituem o dado mais importante a ser extraído e, por essa razão, muito tempo é despendido na coleta de dados e informações. Nas abordagens quantitativas, os pesquisadores utilizam principalmente questionários em pequena ou larga escala, de acordo, com o número de informantes. Questões no censo sobre autoclassificação étnica ou mesmo estudos demográficos sobre a composição da nação são bons exemplos de métodos utilizados em larga escala. Já nas abordagens histórico-comparativas, os dados adquiridos são analisados sob o ponto de vista de perspectivas longitudinais e/ou que atravessam as culturas estudadas.

Gleason (1983) tem mostrado que o conceito de identidade apresenta uma história recente no estudo da etnicidade e migração e somente emergiu enquanto conceito analítico nos anos 1950. De acordo com Barth (1969), a etnicidade foi investigada em termos de organização social e de diferença cultural entre grupos fronteiriços. Mas durante os anos de 1980, o foco foi deslocado para a construção da identidade étnica. Esse deslocamento foi causado pelos processos dicotômicos de globalização/localização. Ao passo que as fronteiras nacionais se erodiam, o conhecimento local e a origem se tornavam mais importantes. Contra a formação de tal processo dinâmico, o conceito de identidade (étnica) deixou de ser concebido como dinâmico para ser considerado um fenômeno estável com foco na variedade e nas percepções de mudança de diferentes grupos em termos da percepção do eu e do outro.

Grupos étnicos minoritários são defrontados com numerosas tarefas e desafios que afetam sua percepção e o desenvolvimento da sua identidade étnica. Uma distinção é frequentemente feita entre fatores sociais e culturais (Verkuyten, 1999). Comparados os grupos majoritários dominantes, os grupos étnicos minoritários geralmente apresentam menor status sócio-econômico, tendo menos acesso e participação em instituições sociais e fortes experiências de exclusão social, preconceito e discriminação. Os fatores culturais, assim, são relacionados a normas e valores diferentes e/ou conflitantes entre grupos majoritários e minoritários.

O conceito de identidade, desse modo, está relacionado bem próximo aos conceitos de etnicidade e nacionalismo, ou de identidade étnica e de identidade nacional (Banks 1996, p. 121-16; Erikson, 1993). Tal conceito frequentemente refere-se à identidade de grupos étnicos minoritários em um Estado-nação específico e enfatiza o "outro" em comparação a maioria dos habitantes do Estado nacional. Deve ser mencionado, contudo, que todos os habitantes do Estado-nação pertencem a um grupo étnico, embora o grupo majoritário raramente se identifique como tal. De fato, a palavra grega *ethnos* refere-se à nação. Entretanto, a percepção de sua identidade étnica entre os membros do grupo majoritário aumenta em contextos em que as identidades étnicas dos membros dos grupos minoritários se tornam mais visíveis e se manifestam. Atualmente, é impossível falar de identidade étnica sem fazer referência as de outros grupos minoritários ou majoritários, ou à identidade nacional. Ainda assim, a equiparação da identidade étnica com a identidade nacional é problemática em qualquer sociedade em que diferentes grupos étnicos vivem juntos. Os conceitos de nacional e de minorias étnicas referem-se, na maioria das vezes, à co-existência do regional/local (indígena) e do imigrante (não indígena), minorias que frequentemente usam línguas minoritárias indígenas e não indígenas, respectivamente. A vitalidade desses dois tipos de línguas minoritárias pode diminuir através do processo de transmissão linguística intergeracional (como foi por exemplo, com o status do frísio nos Países Baixos ou o status do neerlandês na Austrália, respectivamente). Entretanto,

mesmo quando tais línguas perdem sua função comunicativa, elas quase sempre conservam um importante valor simbólico para os grupos minoritários. Enquanto uma língua majoritária do Estado-nação funciona como uma delimitação de grupos fronteiriços externos, as línguas minoritárias funcionam como delimitações de fronteiras de grupos internos. Embora os conceitos de nacionalidade e etnicidade estejam baseados na lealdade ao grupo, a diferença entre eles é simplesmente de escala e de tamanho. Para uma discussão mais profunda sobre os conceitos de nação, nacionalidade e nacionalismo, sugerimos o trabalho de Anderson (2008) e Fishman (1973, p. 1-38; 1989, 105-175)

Os conceitos de etnicidade e identidade étnica devem referir-se a aspectos objetivos e/ou subjetivos dos grupos majoritários e minoritários em termos de uma língua compartilhada, de cultura, de religião, de história ou de ancestralidade. Em todos os casos a referência é feita de fatos (objetivo) e/ou de percepções (subjetivo) de características do grupo. Os conceitos de língua e de etnicidade estão tão relacionados que a língua funciona como o principal componente na maioria das definições de etnicidade. Fishman (1977) mesmo considera a língua a maior característica da identidade étnica. Já para alguns grupos minoritários, a língua é o valor central das suas diferenças identitárias em relação a outros grupos (Smolicz, 1980; 1992). Depois de uma profunda análise das definições disponíveis da identidade étnica, Edwards (1985, p.10) traz a seguinte afirmação:

A identidade étnica é uma lealdade ao seu grupo - grande ou pequeno, socialmente dominante ou subordinado - com que se une aos ancestrais. Não há a necessidade de uma continuação, por todas as gerações do mesmo padrão de socialização ou cultural, mas algum senso de um grupo fronteiriço deve persistir. Isso pode ser sustentado por características objetivas compartilhadas (língua, religião, etc.) ou por contribuições mais subjetivas para o senso do grupo ou por alguma combinação de ambos. Aspectos simbólicos e subjetivos devem se relacionar, contudo de forma distante para uma real observação do passado.

Esse fenômeno de que a ideia de vínculo ancestral pode sobreviver apesar de muitas adaptações e mudanças culturais é notável (Roosens, 1989). As pessoas podem permanecer leais as suas raízes como uma continuação do passado, mesmo se suas culturas são mistas com outras. Isso mantém suas particularidades no contexto da migração e minorização. Em tal contexto as pessoas procuram por suas raízes a fim de distinguir-se de outras pessoas, e assim, expressar sua diferença.

A identidade étnica e a identificação étnica são muitas vezes tratadas como sinônimas, mas devem analiticamente ser distinguidas (Verkuyten, 1999). A identificação étnica baseia-se na autoclassificação e/ou na classificação do outro. Esses tipos de classificação desempenham um papel importante na vida cotidiana da sociedade multicultural e volta e meia levam à inclusão ou exclusão de grupos específicos. Verkuyten (1999, p. 53-83) refere-se à distinção entre identificação como e com um grupo particular. O primeiro tipo de identificação refere-se à distinção entre pessoas e posições na sociedade, o segundo tipo à lealdade a determinado grupo. Para ele o primeiro seria uma autoclassificação e o segundo uma autoidentificação. As pessoas classificam não apenas outras pessoas, mas também a si mesmas como pertencentes a um grupo específico. A autoclassificação é sempre dependente do contexto. Os turcos na Turquia, por exemplo, se autoclassificam diferentemente dos turcos ao redor do mundo. Ela faz com que as pessoas concebam a si mesmas como membros do grupo ao invés de indivíduos. Como consequência, as pessoas com uma

autoclassificação similar vão se comportar de forma semelhante e enfatizar suas distinções de outros que estão de fora. Tal auto-percepção também pode levar a auto-formação de estereótipos.

Já a autoidentificação tem implicações mais fortes para as pessoas que a anterior. Ela implica a lealdade afetiva ao próprio grupo, especialmente se as pessoas sentem que sua identidade está ameaçada. Esse conceito de autoidentificação se relaciona ao conceito de autoestima. A autoestima das pessoas, por sua vez, pode ser positivamente ou negativamente influenciada pela identificação a um grupo específico. Evidências empíricas mostram que pessoas de uma minoria étnica têm uma forte identificação com seu próprio grupo do que com pessoas pertencentes a maioria étnica. Uma autoidentificação mais forte ocorre frequentemente em conjunto com sentimentos de orgulho e satisfação, referidos como auto estima. As minorias étnicas tendem a enfatizar o valor positivo de seu fundamento étnico para evitar estereótipos negativos e discriminação. Além disso, as minorias étnicas, muitas vezes, apresentam uma rica história, cultura e tradição, que podem funcionar como fontes de uma positiva autoestima étnica.

Língua e identidade

Antes de iniciarmos este tópico, deve ser mencionado, que a literatura sobre esse tema é caracterizada mais pelo valor retórico-normativo que por considerações não apaixonadas. Edwards (1985) faz um apelo enfático para esse último, em vez da primeira abordagem. Afinal, questões de língua e identidade são extremamente complexas. Uma das razões para isso é que elas tendem a ser tratadas em campos de saber diferentes. Enquanto o conceito de identidade é abordado nas ciências sociais sem referência à língua, o inverso acontece na linguística.

A construção e/ou consolidação dos Estados-nação reforçou a crença de que cada Estado-nação deva ter uma língua nacional e que sua língua deve ser considerada como um valor essencial da identidade nacional. A equalização da língua à identidade nacional, contudo, está baseada na recusa da co-existência das línguas majoritária e minoritária dentro das fronteiras de qualquer Estado-nação e tem suas raízes no Romantismo alemão, no final do século XVIII e início do século XIX (Fishman, 1973, p. 39-85; 1989, p. 105-175, 270-187 e Edwards, 1985, p. 23-27 nas análises históricas). A equalização do alemão à Alemanha foi uma reação ao racionalismo do Iluminismo e foi também baseada no sentimento antifrancês. Desse modo, enquanto que o conceito de nacionalismo emergiu no final do século XVIII, o conceito de nacionalidade somente no século passado. Filósofos do Romantismo como Johan Gottfried Herder e Wilhelm Von Humboldt lançaram as bases para a emergência de um nacionalismo linguístico na Alemanha sobre a ideia de que a língua e a nação alemã foram concebidas como superiores à língua e à nação francesas. Os franceses, entretanto, não foram menos relutantes em expressar sua convicção de que o inverso era verdadeiro. Embora, todo Estado-nação fosse caracterizado pela heterogeneidade incluindo a heterogeneidade linguística, movimentos nacionalistas sempre invocaram o discurso europeu clássico de equalização da língua à nação. Para um estudo comparativo de ações em relação à língua e à identidade nacional na França e Suécia, nós indicamos Oakes (2001).

Os Estados Unidos também não têm permanecido imunes a esse nacionalismo. O movimento *English-Only, US English* foi fundado em 1983 no temor do aumento do número de hispânicos em solo americano (Fishman, 1988/ May, 2001, p. 202-224). Essa organização resiste à educação bilíngue inglês-espanhol desde o início porque segundo eles tal medida conduziria a uma “confusão de identidade”. Do mesmo modo, tentativas têm sido feitas para dar ao inglês uma atribuição

constitucional de língua oficial dos Estados Unidos. Essa reivindicação baseia-se na pressuposição de que o reconhecimento de outras línguas (em particular o espanhol) prejudicaria as bases do Estado-nação. Esse nacionalismo tem suas origens na elite americana branca, protestante e de língua inglesa (Edwards, 1994, p. 177-178).

A relação entre língua e identidade não é um fenômeno estático, mas dinâmico. Durante as últimas décadas do século XX, essa relação foi submetida a fortes mudanças transnacionais. No contexto europeu, essas mudanças ocorreram em três diferentes esferas (Oakes, 2001):

- a) nas esferas nacionais dos estados-membros da UE: a identidade tradicional desses Estados-nação tem sido contestada pelas mudanças demográficas (em particular nas áreas urbanas) como consequência da migração e minorização;
- b) na esfera europeia: o conceito de identidade europeia emergiu como consequência do aumento da cooperação e integração a nível europeu.
- c) na esfera global: nosso mundo tem se tornado menor e mais interativo como consequência do aumento da disponibilidade de tecnologia da informação e comunicação.

Grandes mudanças em cada uma dessas três esferas levaram ao desenvolvimento de conceitos como o de cidadania transnacional e o de múltiplas identidades transnacionais. Os habitantes da Europa já não se identificam exclusivamente com os Estados-nação singulares, mas dão cada vez mais provas de filiações múltiplas. A noção de identidade europeia foi formalmente expressada a nível europeu, pela primeira vez na Declaração sobre a Identidade Europeia de dezembro de 1973 em Copenhague. Desde então, numerosas instituições e documentos têm propagado e promovido essa ideia. A mais concreta e evidente expressão disso até a presente data foi a adoção de uma moeda europeia em 2002. Discutindo a concepção de identidade europeia Oakes (2001, p. 127-131) enfatiza que o reconhecimento do conceito de identidades transnacionais múltiplas é pré-requisito ao invés de um obstáculo para a aceitação de uma identidade europeia. O reconhecimento de identidades transnacionais múltiplas não somente ocorre entre os habitantes tradicionais dos Estados-nação europeus, mas também entre os recém-chegados à Europa. Pesquisa recente realizada entre as comunidades turca e marroquina em Bruxelas levou Phales & Swyngedouw (2002) às seguintes conclusões:

Enquanto turcos e marroquinos compartilham com belgas um tipo de contrato social na Bélgica, eles também aderem a um tipo de cidadania comunal de longa distância à Turquia e ao Marrocos, que se centra em uma ligação estreita de afeto nacional e religioso. Nós concluímos que essa multiplicidade é uma característica fundamental das minorias em respeito à cidadania que combina participação ativa no contexto nacional de residência e permanência da identificação etno-religiosa no contexto nacional de origem.

Identidades e filiações transnacionais múltiplas exigem novas competências aos cidadãos europeus do século XXI. Elas incluem a habilidade de lidar com o aumento da heterogeneidade e da diversidade cultural (Van London & De Ruijter, 1999). O multilinguismo pode ser considerado a competência central para essa habilidade. Nesse contexto, processos de convergência e divergência ocorrem. Nas esferas global e europeia, o inglês tem assumido cada vez mais o papel de língua franca

para a comunicação internacional (Oakes, 2001, p. 131–136, p. 149–154). A ascensão do inglês tem ocorrido à custa de todas as outras línguas nacionais da Europa, incluindo o francês. Ao mesmo tempo, o aumento do número de recém-chegados traz às esferas nacionais dos Estados-membros da UE a necessidade de competências tanto nas línguas dos seus países de origem e como naquela do país alvo.

A Europa tem uma rica diversidade de línguas. Esse fato é usualmente utilizado como exemplo para se referir às línguas nacionais da UE. Contudo, muitas línguas são faladas pelos habitantes dos países membros da organização. Exemplos dessas línguas são o galês e o basco, ou o árabe e o turco. Essas línguas são geralmente chamadas de “língua minoritárias” em distinção às línguas nacionais consideradas majoritárias, ainda que se tomarmos o continente europeu como um todo não haja uma língua majoritária porque todas as línguas são faladas por uma minoria demográfica. Tais línguas são representantes das línguas minoritárias regionais (doravante chamadas MR) e das línguas minoritárias imigrantes (MI), respectivamente. Essas “outras” línguas da Europa nos fazem lembrar do conhecido *Projeto das Minorias Linguísticas* da metade da década de 1980: *As Outras Línguas da Inglaterra*. Nesse estudo, a seguinte explanação foi dada sobre seu título: as outras línguas da Inglaterra são todas aquelas que não o inglês, que são ignoradas em público e nas atividades oficiais da Inglaterra (LMP 1985, p. XIV). Levando em consideração a nossa perspectiva, as “outras” línguas são aquelas além das línguas nacionais que são largamente ignoradas em público e nas atividades oficiais da UE (Extra & Gorter, 2001).

As línguas MR e MI têm muito em comum, muito mais do que é usualmente pensado. Em suas agendas sociolinguística, educacional e política, encontramos questões como a sua propagação atual, a sua vitalidade doméstica e pública, os processos e os determinantes da preservação da língua versus a sua substituição pela língua majoritária, a relação entre língua, etnicidade e identidade e o status das línguas minoritárias nas escolas, especialmente nas fases obrigatórias do ensino primário e secundário. A origem da maior parte das línguas MR como línguas minoritárias repousa no século XIX, quando durante os processos de formação dos Estados na Europa, elas foram excluídas da esfera estatal, em especial da educação geral. Línguas MR não se tornaram línguas oficiais dos Estados-nação que foram então estabelecidos. Tendências centralizadoras e a ideologia de uma língua/um Estado tem ameaçado a existência das línguas MR. Contudo, a maior ameaça às línguas MR é a falta da transmissão intergeracional. Quando os pais param de falar a língua ancestral com suas crianças, torna-se quase impossível reverter o processo de substituição da sua língua pela majoritária. Além da transmissão intergeracional, a educação pode também ser um grande fator na manutenção e promoção da língua minoritária. Para a maior parte das línguas MR, algum tipo de disposição educacional tem sido estabelecido na uma tentativa de reverter essa contínua substituição linguística. Somente nas últimas décadas vimos algumas dessas línguas MR se tornarem relativamente bem protegidas em termos legais por políticas e programas afirmativos na área da educação, tanto a nível nacional em vários Estados quanto a nível da UE.

Quanto às línguas MI, sempre houve falantes na Europa, mas apenas recentemente essas línguas tornaram-se línguas comunitárias faladas em larga escala no Norte da Europa e na Europa Ocidental devido à intensificação de processos de migração e minorização. O turco e o árabe são bons exemplos das línguas também chamadas de “não europeias” que são faladas e aprendidas por milhões de habitantes dos Estados membros da Comunidade. Embora as línguas MI são frequentemente concebidas e transmitidas como valores essenciais dos grupos que as falam, elas são muito menos protegidas que as línguas MR por ações afirmativas e medidas legais, por exemplo, na

educação. De fato, a aprendizagem e certamente o ensino das línguas MI são muitas vezes vistos por falantes das línguas dominantes e por políticos como obstáculos para a integração. A nível europeu, orientações e diretivas em matéria das línguas MI são escassas e obsoletas.

Apesar das possibilidades e dos desafios de se comparar os *stati* das línguas MR e MI, surpreendentemente poucas conexões são feitas nos domínios da sociolinguística, educação e política. No *Projeto das Minorias Linguísticas*, restrito à Inglaterra, isto é, sequer alcançou todo Reino Unido, uma observação foi feita, que ainda se aplica à situação de hoje: “O projeto tem demonstrado pouco contato com pesquisadores e profissionais que trabalham em áreas ou escolas bilíngues, mesmo na Inglaterra e no País de Gales. Muitas das minorias mais recentes na Inglaterra podem se beneficiar da experiência e competência galesas” (LMP 1985, p. 12). Na nossa opinião, pouco melhorou ao longo dos últimos 15 anos e os contatos entre pesquisadores e políticos que trabalham com diferentes grupos minoritários são ainda escassos. Publicações cujo foco são as línguas minoritárias são raras, exceto os volumes sobre línguas MR e MI de Alladina & Edwards (1991) e a publicação de Extra & Gorter (2001).

Ainda falta-nos um quadro de referência comum para as línguas em discussão. Como todas essas línguas MR e MI são faladas por diversas comunidades linguísticas e ao nível não estatal, pode parecer lógico referir-se a eles como línguas da comunidade, contrastando-as com as línguas oficiais dos Estados-nação. Contudo, a designação “línguas da comunidade” conduziria a uma confusão, pois esse conceito já é usado para se referir às línguas oficiais da UE. Já no primeiro sentido, a designação “línguas da comunidade” refere-se à ocupação territorial. A partir de um inventário de diferentes termos em uso, nós constatamos que não há designações padronizadas para essas línguas que atravessam os Estados-nação. A tabela a seguir fornece um panorama não exaustivo da nomenclatura referentes às pessoas/povo, suas línguas e o ensino de suas línguas, encontrada em nosso campo de estudo. O conceito de “língua menos usada” foi adotado a nível da UE pelo Gabinete Europeu para as Línguas Menos Usadas (GELMU), órgão com sedes em Bruxelas e Dublin voltado para as “línguas regionais autóctones e minoritárias da UE”. A tabela mostra que diversas terminologias utilizadas não somente atravessam diferentes Estados-nação, mas também diferentes tipos de educação.

Referência às pessoas/povo
Residentes não nacionais Estrangeiros, étrangers, Ausländer (l)migrantes Recém-chegados, nem Xmen (por exemplo: new Dutchmen) Coadadãos (em vez de cidadãos) Minorias étnicas/culturais/etnoculturais Minorias linguísticas Alóctones (nos Países Baixos, por exemplo), alófonos (no Canadá, por exemplo) Residentes não falantes de inglês (especialmente nos Estados Unidos) <i>Anderstaligen</i> (neerlandês: pessoas que falam outras línguas) Coloured/black people, minorias visíveis (o último especialmente no Canadá)
Referência a suas línguas
Línguas da comunidade (na Europa versus Austrália) Línguas ancestrais/ línguas de herança (Conceito comum no Canadá)

Línguas minoritárias nacionais/históricas/regionais/indígenas versus línguas minoritárias não territoriais/não regionais/não indígenas/não europeias Línguas minoritárias autóctones versus alóctones Línguas menos utilizadas/ largamente menos utilizadas/ largamente menos ensinadas (no contexto do GELMU) Línguas apátridas (sem Estado)/ de diáspora (em especialmente usado para os Romani) Outras línguas além do inglês (conceito comum na Austrália)
Referência ao ensino de suas línguas
Instrução na própria língua (e cultura) Ensino na língua materna (ELM) (mother tongue) Instrução na língua materna/língua de casa (home language) Ensino da língua da comunidade Instrução na língua minoritária regional (ILMR) versus Instrução na língua minoritária imigrante (ILMI) Enseignement des langues et cultures d'origine (ELCO: nas escolas primárias francesas e espanholas) Enseignement des langues vivantes (ELV: nas escolas secundárias francesas e espanholas) Muttersprachlicher Unterricht (MSU: nas escolas primárias alemãs) Muttersprachlicher Ergänzungsunterricht (nas escolas secundárias alemãs) Herkunftssprachlicher Unterricht (nas escolas primárias e secundárias alemãs)

O discurso europeu sobre estrangeiros e integração

Imagine um cidadão europeu que nunca tenha ido para o exterior e viaja para São Francisco, nos Estados Unidos, pela primeira vez. Percorre a cidade por uma semana, fica impressionado com a comida e a comunidade chinesas e é convidado por uma família chinesa para jantar. Lá, ele pergunta ao seu anfitrião: “quantos estrangeiros vivem em São Francisco?” referindo-se aos muitos asiáticos, latinos e outros não anglo-americanos que ele viu durante a semana. Duas coisas podem acontecer: se o convidado não falar bem o inglês, o anfitrião chinês pode ignorar essa referência europeia de diversidade etnocultural e prosseguir com a conversa; se o inglês do convidado for bom, contudo, o anfitrião chinês pode interromper o jantar e repreender seu convidado com discriminação.

No discurso público europeu sobre grupos MI, duas características principais emergem (Extra & Verhoeven, 1998): os grupos MI serem frequentemente referidos como estrangeiros (*étrangers*, *Ausländer*) e a necessidade de integração. Primeiramente é uma prática comum para referir-se aos grupos MI em termos de residentes não nacionais e para suas línguas em termos de línguas não territoriais, não regionais, não indígenas ou não europeias (veja a tabela). A chamada para a integração está em nítido contraste com a língua de exclusão. Esse conceito de exclusão ao invés da inclusão deriva no discurso público europeu de uma interpretação restritiva da noção de cidadania e nacionalidade. De um ponto de vista histórico, tais noções são geralmente associadas ao princípio constitucional do *ius sanguinis* (direito de sangue), isto é, a nacionalidade deriva do país de origem dos pais, em contraste com o *ius soli* (direito de solo) em que a nacionalidade deriva do país de nascimento. Quando os emigrantes europeus deixaram seu continente no passado e colonizaram diversos países ao redor do mundo, eles legitimaram suas reivindicações de cidadania pela inclusão

do *ius soli* nas constituições dos países em que se estabeleceram. Bons exemplos dessa estratégia podem ser encontrados nos países de imigração de maioria inglesa como os Estados Unidos, Canadá, Austrália e África do Sul. Ao promulgar as constituições desses (sub-)continentes, nenhuma consulta foi realizada aos habitantes nativos, como os índios, os inuts, os aborígenes e zulus, respectivamente. Em casa, porém, os europeus predominantemente mantiveram o *ius sanguinis* em suas constituições e/ou em suas percepções de nacionalidade e cidadania, apesar do crescimento do número de recém-chegados que se empenham para ter o status de igualdade como cidadãos.

Smith & Blanc (1995) discutem concepções e definições diferentes de cidadania dentro de um certo número de Estados-nação europeus, em particular Reino Unido, França e Alemanha. Eles argumentam que nos dois primeiros países, a cidadania é geralmente definida com base na mescla da territorialidade com a etnicidade, enquanto que nesse último país, a cidadania é definida diretamente com base na etnicidade. Leis de nacionalidade, baseadas fortemente na etnicidade, restringem mais o acesso a todas as dimensões da cidadania, que aquelas com um elemento mais territorial. Seguindo linhas semelhantes, Janoski & Glennie (1995) discutem diferentes tipos de respostas dos Estados-nação para a questão da cidadania plena, em relação aos estrangeiros. Alguns estados-nação fazem grandes esforços para naturalizar imigrantes e oferecer-lhes a cidadania plena, enquanto que outros são relutantes em fazê-lo e até mesmo colocam obstáculos no seu caminho. Janoski & Glennie (1995, p. 21) argumentam que países com um forte passado colonial estão muito mais inclinados a oferecer a naturalização que países sem tal tradição:

Enfraquecido pela emigração, um segmento significativo da sociedade olha os imigrantes como o insulto final à identidade nacional. A naturalização desses imigrantes significa o desaparecimento de sua nação e etnia. À identidade nacional e ao grupo nacional interessa criar resistências para a concessão da cidadania aos imigrantes estrangeiros. Se bem sucedida a restrição à entrada de estrangeiros, muitos cidadãos especialmente das classes mais baixas, irão substituir os imigrantes e obterão melhores salários devido a uma menor concorrência. Essa mobilidade social cria mais solidariedade. Logo, os cidadãos restantes reduzirão a demanda por direitos políticos e legais, e favoreceriam o desenvolvimento dos direitos sociais e de participação. Pensando ao extremo, evitar a imigração pode levar até a perseguição e forçar a emigração de minorias religiosas e étnicas [autóctones].

O cenário não colonizador, de relutância ou fechamento se aplica a um número de Estados-nação europeus. Em contraste, tradicionais nações de povoamento como o Canadá, os Estados Unidos e a Austrália têm desenvolvido uma concepção inclusiva de direitos de cidadania e têm-se tornado mais abertos a imigrantes de diferentes etnias, religiões ou línguas. Solomos (1995) aponta o fato que rápidos processos de transformação demográfica têm fornecido um solo fértil para partidos e movimentos de extrema direita apontarem as minorias étnicas como “inimigos internos” que são ultimamente considerados “forasteiros” ou “estrangeiros”. Deve-se acrescentar que a referência “estrangeiros” é também mantida no discurso público europeu para aqueles que de fato adquiriram a cidadania plena dos Estados-nação em que eles vivem.

Por fim, a segunda principal característica do discurso público europeu sobre grupos MI está focada na integração. Essa noção é ao mesmo tempo popular e vaga, e pode realmente se referir a

todo um espectro de conceitos subjacentes que variam ao longo do tempo e do espaço. Miles & Thränhardt (1995), Bauböck et al. (1996) e Kruyt & Niessen (1997) são bons exemplos de estudos de casos comparativos sobre a noção de integração em vários países da União Europeia que têm sido confrontados com o aumento da imigração desde os anos 1970. Os extremos desse espectro de conceitos vai da assimilação ao multiculturalismo. O conceito de assimilação está baseado na premissa que diferenças culturais entre grupos MI e os grupos majoritários oficializados devem desaparecer com o tempo em uma sociedade que é proclamada a ser culturalmente homogênea. No outro lado do espectro, o conceito de multiculturalismo está baseado na premissa que tais diferenças são um trunfo para uma sociedade pluralista que realmente promova a diversidade cultural em termos de novos recursos e oportunidades. Enquanto o conceito de assimilação foca em incumbências unilaterais dos recém-chegados, o conceito de multiculturalismo foca em incumbências multilaterais para todos os habitantes nas sociedades em mudança. Na prática os grupos majoritários estabelecidos fazem fortes exigências aos grupos MI para assimilarem-se e são geralmente muito resistentes em promover ou até mesmo aceitar a noção de diversidade cultural como uma característica determinante de um ambiente cada vez mais multicultural.

É interessante comparar os pressupostos subjacentes da “integração” no discurso público europeu sobre grupos MI a nível nacional com pressupostos de cooperação a nível da legislação transnacional. Nesse último contexto, os políticos europeus estão ansiosos para enfatizar a importância de um equilíbrio adequado entre a perda e a manutenção das normas e valores “nacionais”. Uma primeira preocupação no debate público sobre tais normas e valores é a diversidade cultural e linguística, principalmente em termos das línguas nacionais da UE. As línguas nacionais são referidas como o valor fundamental da identidade cultural. Paradoxalmente, no mesmo discurso público, as línguas e culturas das MI são geralmente concebidas como fontes de problemas, déficit e como um obstáculo à integração, enquanto as línguas e culturas nacionais numa UE expandida são consideradas como fonte de enriquecimento e como pré-requisitos para a integração.

O discurso público sobre a integração dos grupos MI em termos de assimilação versus multiculturalismo pode também ser encontrado no domínio da educação. Devido a um fluxo crescente de crianças MI, as escolas são confrontadas com o desafio de adaptar seu currículo para essa tendência. O padrão de modificação pode ser inspirado em uma forte e unilateral ênfase no ensino (na) língua da maioria da sociedade, dada a importância dessa língua para o sucesso escolar e para o mercado de trabalho ou na consciência de que a resposta às emergentes populações escolares multiculturais não pode ser reduzida a um programa de educação monolíngue (Gogolin, 1994). No primeiro caso o foco é o ensino na língua nacional com uma segunda língua, no segundo caso, há a oferta de mais línguas no currículo escolar.

Referências:

ALLADINA, S. & EDWARDS, V. (edit.). *Multilingualism in the British Isles (vol. 1: The order mother tongues and Europe; vol. 2: Africa, the Middle East and Asia)*. Londres;Nova York: Longman, 1991.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BANKS, M. *Ethnicity: Anthropological constructions*. Londres;Nova York: Routledge, 1996.

BARTH, F. Introduction. In: BARTH (edit.). *Ethnic groups and boundaries: the social organisation of cultural difference*. Londres: Allen & Unwin, 1969.

BAUBÖCK, R; HELLER, A. & ZOLBERG, A. (edits.). *The challenge of diversity: Integration and pluralism in societies of immigration*. Viena: European Centre Vienna; Avebury, 1996.

EDWARDS, J. *Language, society and identity*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

----- *Multilingualism*. Londres: Routledge, 1994.

ERIKSEN, Th. *Ethnicity & nationalism: Anthropological perspectives*. Londres: Pluto Press, 1993.

EXTRA, G. & VERHOEVEN, L. (edits.). *Bilingualism and migration*. Berlim: Mouton De Gruyter, 1998.

FISHMAN, J. *Language and nationalism: Two integrative essays*. Rowly Mass: Newbury House, 1973.

----- *Language and ethnicity*. In: GILLES, H (edit.). *Language, ethnicity and intergroup relations*. Londres: Academic Press, 1977, pp. 15-57.

----- "English only": Its ghosts, myths, and dangers. *Internacional Journal of the Sociology of Language*, 74, 1988, pp. 125-140.

----- *Language and ethnicity in minorities sociolinguistic perspective*. Clevedon: Multilingual Matters, 1989.

GLEASON, P. Identifying identity: A semantic history. *The Journal of American History*, 69, 1983, pp. 910-931.

GOGOLIN, I. *Der monolinguale Habitus der multilingualen Schule*. Münster; Nova York: Waxman, 1994.

HALL, S. & GAY, P. du. Introduction. Who needs "identity"? In: HALL, S. & GAY, P. du (edits.). *Questions of cultural identity*. Londres: Sage, 1996.

JANOSKI, Th. & GLENNIE, E.. The integration of immigrants in advanced industrialised nations. In: MARTINIELLO, M. (edit.). *Migration, citizenship and ethno-national identities in the European Union*. Aldershot; Brookfield: Avebury; Ashgate, 1995.

JENKINS, R.. *Social identity*. Londres: Routledge, 1996.

----- *Rethinking ethnicity: Arguments and explorations*. Londres: Sage, 1997.

- KRUYT, A. & NIESSEN, J.. Integration. In: VERMEULEN, H. (edit.). *Immigrant policy for a multicultural society: A comparative study of integration, language and religious policy in five Western European countries*. Bruxelles: Migration Policy Group, 1997.
- LMP (Linguistic Minorities Project). *The other languages of England*. Londres: Routledge & Kegan, 1985.
- MAY, S.. *Language and minority rights: Ethnicity, nationalism and the politics of language*. Londres: Longman, 2001.
- MILES, R. & THRÄNHARDT, D. (edits.). *Migration and European integration: The dynamics of inclusion and exclusion*. Londres: Pinter Publ., 1995.
- OAKES, L.. *Language and national identity: Comparing France and Sweden*. Amsterdã;Filadélfia: John Benjamins, 2001.
- PHALES, K. & SWYNGEDOUW, M.. *National identities and representations of citizenship: A comparison of Turks, Moroccans and working-class Belgians in Brussels* (to appear). Bruxelles: Center for Interdisciplinary Studies, 2002.
- ROOSENS, E.. *Creating ethnicity: the process of ethnogenesis*. Newbury Park, Calif.: Sage, 1989.
- SMITH, D. & BLANC, M.. Some comparative aspects of ethnicity and citizenship in the European union. In: MARTINIELLO, M. (edit.). *Migration, citizenship and ethno-national identities in the European Union*. Aldershot; Brookfield: Avebury; Ashgate, 1995, pp. 70–92.
- SMOLICZ, J. Language as a core value of culture. *Journal of Applied Linguistics*, 11, 1980, pp. 1–13.
- . Minority languages as core values of ethnic cultures: A study of maintenance and erosion of Polish, Welsh and Chinese languages in Australia. In: FASE, W.; JASPAERT, K. & KROON, S. (edits.) *Maintenance and loss of minority languages*. Amsterdã: Benjamins, 1992, pp; 277–305.
- SOLOMOS, J. The politics of citizenship and nationality in a European perspective. In: MARTINIELLO, M. (edit.). *Migration, citizenship and ethno-national identities in the European Union*. Aldershot; Brookfield: Avebury; Ashgate, 1995, pp. 40–52.
- STANFIELD, J. & DENNIS, R. (edits.). *Race and ethnicity in research methods*. Newbury Park: Sage Publ., 1993.
- VAN LONDEN, S. & RUIJTER, A. De. Ethnicity and identity. In: FOLETS, M. & PANG, C. (edits.). *Culture, ethnicity and migration*. Leuven;Leusden: Acco, 1999, pp. 69–79.
- VERKUYTEN, M. *Ethnische identiteit: Theoretische en empirische benaderingen*. Amsterdã: Het Spinhuis, 1999.